

Realização:



**Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:**
Construindo o desenvolvimento do país

Apoio:



Pé-de-meia: valorizando a educação da juventude

Palestrante: Cons. Substituto Dicler Forestieri Ferreira – Membro do
Comite Técnico de Educação do IRB – TCMRio

Realização:



**Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:**
Construindo o desenvolvimento do país

Apoio:





Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Pé-de-meia: valorizando a educação da juventude

**Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:**
Construindo o desenvolvimento do país

O Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais (SEGAPE), realizarão o Seminário de Ações Descentralizadas na Educação Básica, com o tema “Construindo o desenvolvimento do país”, nos dias 15 e 16 de maio de 2024, no auditório do Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU).

**Seminário de Ações
Descentralizadas na
Educação Básica:**
Construindo o desenvolvimento do país



Quem é o IRB?

O Instituto Rui Barbosa – IRB é uma **associação civil** criadas pelos Tribunais de Contas do Brasil em 1973 com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas atividades.

É conhecido por ser o “braço acadêmico” do Sistema de Controle Externo, por conta dos seus eventos, seminários, congressos, revistas técnicas, livros, e por este motivo é que recebeu o slogan de ser **A CASA DO CONHECIMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS**.

O atual presidente é o Conselheiro Edilberto Pontes Lima (TCE-CE).

O IRB é estruturado administrativamente em 5 (cinco) Vice Presidências:

- **Relações Institucionais:** acordos e convênios;
- **Desenvolvimento Institucional:** ações de cooperação e em rede sobre as várias áreas dos TCs;
- **Auditoria:** publicação e auxílio na implementação das normas;
- **Políticas Públicas:** ações para aprimoramento da fiscalização, inclusive com uso de indicadores; e
- **Ensino, Pesquisa e Extensão:** ações de capacitação e difusão do conhecimento.

Alguns dos 18 Comitês Técnicos:

- **Comitê Técnico da Educação:** Conselheiro Rodrigo Coelho (TCE-ES);
- **Comitê Técnico da 1ª infância:** Conselheiro Edson Ferrari (TCE-GO);
- **Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade:** Conselheiro Juçio Assis Corrêa Pinheiro (TCE-AM);
- **Comitê Técnico da Saúde:** Conselheiro Sebastião Helvécio Ramos de Castro (TCE-MG);
- **Dentre outros.**



Tribunais de contas fiscalizam mais de mil escolas públicas em todo o Brasil e avaliam a segurança e outras condições das salas de aula

Em São Paulo, a maior cidade do país, tem escola estadual onde os alunos não podem contar com o bebedouro, nem com a quadra de esportes. No primeiro dia de fiscalização, 85% das escolas visitadas não tinham auto de vistoria do Corpo de Bombeiros.

Por **Jornal Nacional**

24/04/2023 20h47 · Atualizado há um ano

Audidores de todos os tribunais de contas do país começaram nesta segunda-feira (24) uma fiscalização surpresa em mais de mil escolas públicas.

(...)

Em um esforço inédito, todos os tribunais do país se uniram para fiscalizar, até quarta-feira (26), as condições de mais de mil escolas públicas em todos os estados. Os colégios foram selecionados a partir dos dados do **Censo Escolar 2022**.

Fonte: g1.globo.com/



Objetivos específicos das atividades desenvolvidas no âmbito do C.T.Educação:

I – Estudar e pesquisar os métodos e procedimentos de controle, externo e interno, para **promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades de controle na área de educação;**

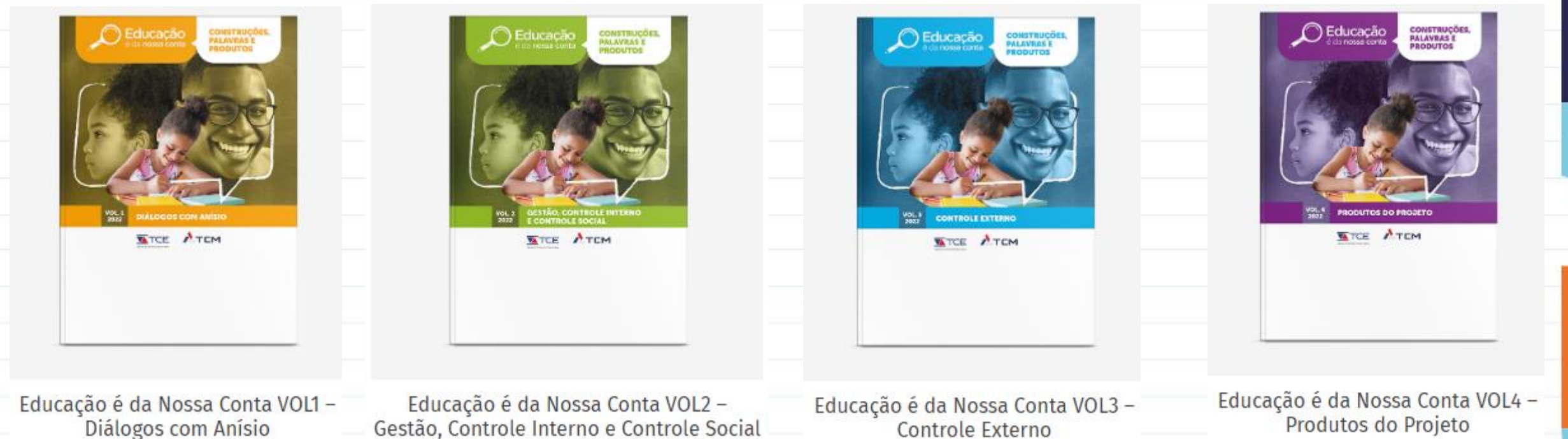
II – Incentivar e publicar, por meio físico e eletrônico, **obras e trabalhos técnicos** sobre controle na área de educação;

III – Auxiliar o IRB na **assistência técnica** aos Tribunais de Contas **a respeito das atividades de controle na área de educação;**

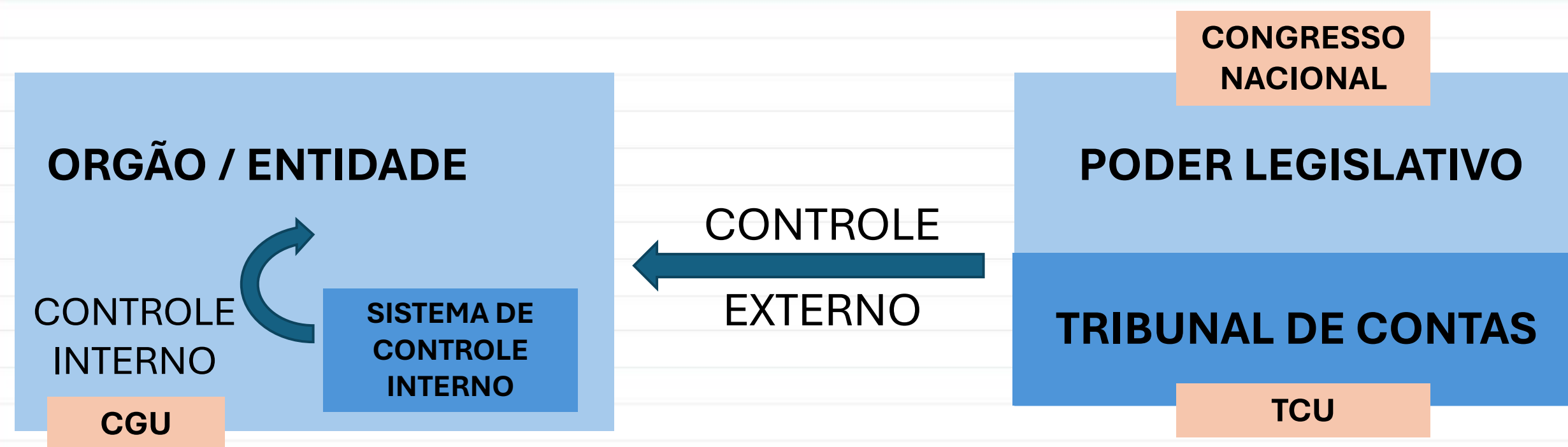
IV – Sugerir padrões para a implantação das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público para a área de educação;

V – Auxiliar o IRB no desenvolvimento das ações do planejamento estratégico.

Publicações do IRB



Visão do Controle



CF/88

Art. 70. A **fiscalização** contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo **Congresso Nacional**, mediante **controle externo**, e pelo **sistema de controle interno de cada Poder**.

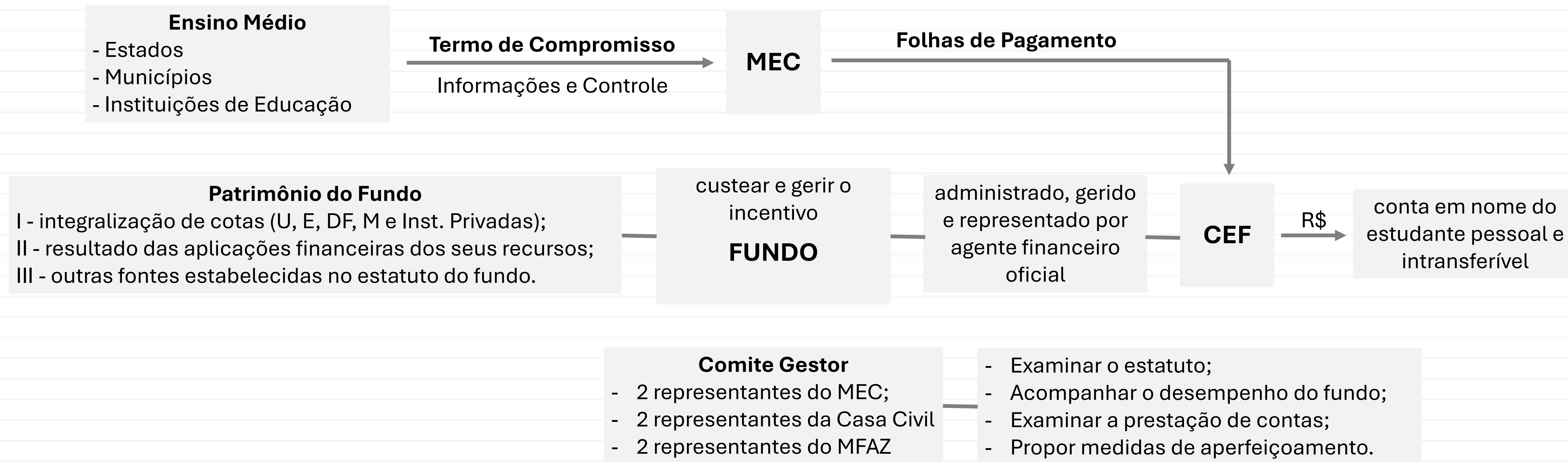
CF/88

Art. 71. O **controle externo**, a cargo do **Congresso Nacional**, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:

(...).

VI - **fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União** mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres (...).

Visão geral do programa Pé-de-Meia (Lei 14.818/2024 e Decretos 11.901/2024 e 12.010/2024)





Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Assinatura de Termo de Compromisso

Rio de Janeiro formaliza adesão ao programa Pé-de-meia

Incentivo financeiro do governo federal vai beneficiar alunos matriculados no Ensino médio da rede pública estadual



Publicado 1 mês atrás em 4 de abril de 2024
Por Marcos Antonio de Jesus

“Nessa primeira etapa, a possibilidade é de atender 2 milhões e meio de jovens no Brasil. Um investimento de sete bilhões e 100 milhões de reais por ano, e aqui, no Rio de Janeiro, são aproximadamente 170 mil, sendo que já temos 158 mil já com contas abertas e pagas, um investimento de meio bilhão de reais aproximadamente, no Estado do Rio de Janeiro. Esse é o investimento para o estado e para o Brasil”, completou o ministro.

Fonte: tupi.fm/educacao/

ENSINO MÉDIO

MEC lança Pé-de-Meia em São Paulo

Estimativa é que o programa beneficie mais de 318 mil estudantes paulistas. Primeira parcela da poupança do ensino médio está sendo paga desde o dia 26 de março

Publicado em 03/04/2024 10h54

Atualizado em 03/04/2024 15h19

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

O Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, e o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, farão o lançamento do programa Pé-de-Meia no estado na quarta-feira, 3 de abril. A agenda formaliza a adesão de São Paulo à poupança do ensino médio, que pode beneficiar mais de 318 mil estudantes, com um investimento estimado de R\$ 919 milhões. A estimativa considera o Censo Escolar 2022. O número definitivo será atualizado após apuração das matrículas de 2024 e atualização da base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A solenidade vai acontecer a partir das 9h30 (horário de Brasília), na Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, Teatro Fernando de Azevedo, em São Paulo (SP).

Fonte: gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/mec-lanca-pe-de-meia-em-sao-paulo

Como é definida a fiscalização?

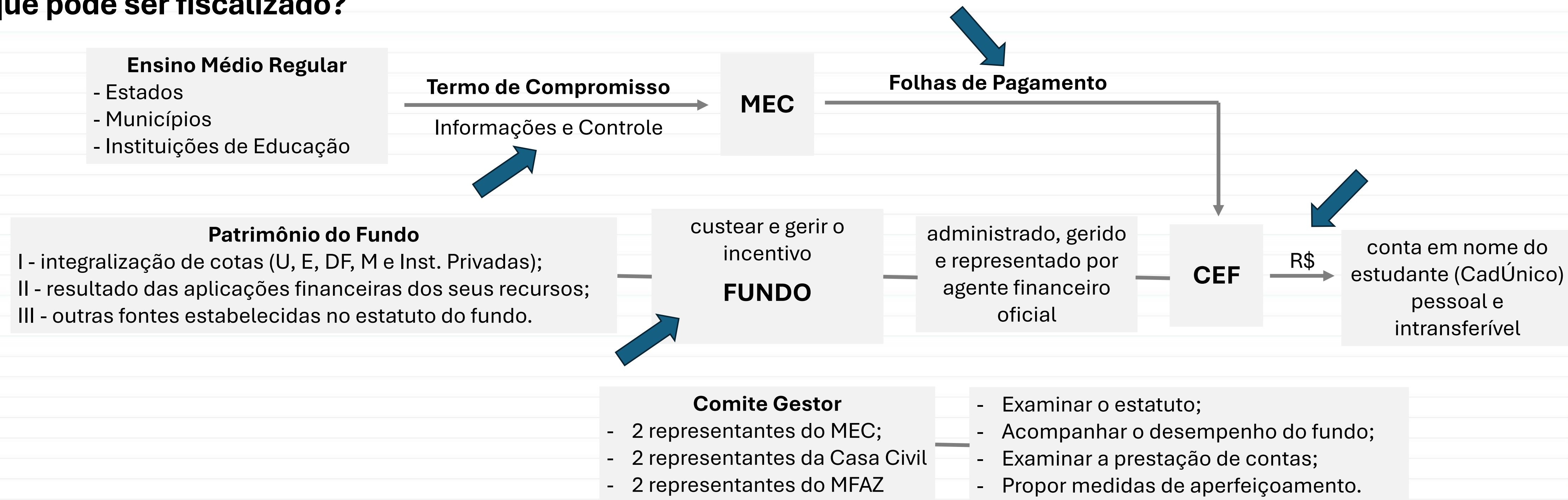
Art. 244 (RITCU). As auditorias, acompanhamentos e monitoramentos obedecerão a **plano de fiscalização** elaborado pela Presidência, em consulta aos Ministros, e aprovado pelo Plenário em sessão de caráter reservado.

Art. 246 (RITCU). No curso de fiscalização, se verificado procedimento de que possa resultar **dano ao erário ou irregularidade grave**, a equipe representará, desde logo, com suporte em elementos concretos e convincentes, ao dirigente da unidade técnica, o qual submeterá a matéria ao respectivo relator, com parecer conclusivo.

Quais são os instrumentos de fiscalização?

- **Levantamento**: conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração, **incluindo fundos** e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, **programas**, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais.
- **Auditoria**: **avaliar o desempenho** dos órgãos e entidades jurisdicionados, assim como dos sistemas, **programas**, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.
- **Inspeção**: utilizado pelo Tribunal para **suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas** ou apurar denúncias ou representações quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade de fatos da administração e de atos administrativos.
- **Acompanhamento**: **avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho** dos órgãos e entidades jurisdicionadas, assim como dos sistemas, **programas**, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.
- **Monitoramento**: **verificar o cumprimento de suas deliberações** e os resultados delas advindos.

O que pode ser fiscalizado?





Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Exemplos de Fiscalizações Semelhantes

TCU encontra mais de 160 mil famílias com indícios de irregularidades no Bolsa Família

O TCU comparou dados da Receita Federal com registros do CadÚnico, o que permitiu a identificação de famílias com renda per capita superior ao limite do Programa Bolsa Família.

Por Secom TCU

28/04/2016

O TCU (Tribunal de Contas da União) realizou auditoria nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), sistema que identifica e caracteriza socioeconomicamente as famílias brasileiras de baixa renda para a seleção de beneficiários de programas sociais, como Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica e Bolsa Família.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/>



Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Exemplos de Fiscalizações Semelhantes

Auditoria aponta falhas no CadÚnico com prejuízo potencial de R\$ 34 bilhões até dezembro

Fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) verificou que uma em cada cinco famílias (22%) apresenta inconsistências cadastrais no Bolsa Família

Por Secom TCU

22/11/2023

Categorias: Assistência Social.

RESUMO

- O TCU realizou auditoria no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).
- A fiscalização fez verificações em 2.662 famílias, amostra estatisticamente representativa de beneficiários do Bolsa Família no CadÚnico.
- Foram encontradas inconsistências de renda e de composição familiar em 40% e 33% das famílias, respectivamente, que levou à inelegibilidade de 22,5% delas.
- A estimativa é de pagamentos de R\$ 14,24 bilhões fora dos critérios de elegibilidade de janeiro a maio de 2023.
- “Com potencial de mais R\$ 19,94 bilhões de junho até dezembro”, detalhou o relator do processo, ministro Walton Alencar Rodrigues.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/>



Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Exemplos de Fiscalizações Semelhantes

TCU analisa mudanças no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Tribunal recomendou esforços para a aprovação do Plano Anual de Investimento do fundo antes do exercício financeiro

Por Secom TCU

15/02/2024

Categorias: Ciência e Tecnologia.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, sob a relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, **acompanhamento** para **avaliar a gestão do Fundo** Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A fiscalização teve o objetivo especial de verificar o impacto das alterações normativas promovidas pela Lei Complementar 177/2021, que vedou a limitação de empenho e a movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/>



Realização:

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Exemplos de Fiscalizações Semelhantes

Tribunal fiscaliza a transparência de municípios com o apoio dos cidadãos

Foi auditada a transparência de 22 municípios que receberam recursos federais por meio de convênios. Em três deles se verificou o pior cenário e será apurada em novos processos a aplicação de R\$ 10 milhões

Por Secom TCU
18/09/2023

O Tribunal de Contas da União analisou, sob a relatoria do ministro Vital do Rêgo, a transparência de 22 municípios, nova fase de acompanhamento com vistas a avaliar ações de transparência e de cumprimento de aspectos legais no âmbito de municípios por meio da Força Tarefa Cidadã (FTC), ação colaborativa entre as Redes de Controle da Gestão Pública, a sociedade civil organizada e os gestores públicos municipais.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/>

Reflexão:

“A **educação** é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.” – Nelson Mandela.